

Biodiversidade Brasileira

Editorial

Caça: Subsídios para Gestão de Unidades de Conservação e Manejo de Espécies

Pedro de Araujo Lima Constantino¹, Katia Torres Ribeiro² & Marcio Uehara-Prado³

A caça é uma atividade praticada em todo o território nacional, em suas diversas modalidades, legal e ilegalmente, inclusive em unidades de conservação federais. É um tema que está muito longe de encontrar consenso nos mais diversos fóruns de discussão, governamentais ou não.

Em alguns contextos, a caça faz parte do modo de vida de populações tradicionais, sendo responsável por um relevante aporte de proteína animal na alimentação dessas pessoas, compondo o universo sociocultural de suas identidades. Em outros, é praticada como atividade de lazer por pessoas que não dependem dos animais silvestres como fonte de alimento. Por um lado, a caça tem sido considerada fundamental no controle de espécies exóticas; e por outro, é contestada por gerar impactos negativos que ameaçam populações de espécies nativas. Em muitas situações, a caça pode ser considerada cruel para os animais.

Na legislação brasileira, o tema é, por vezes, tratado de maneira genérica, não discriminando muitas das modalidades e a diversidade de situações que um país de proporções continentais como o Brasil oferece. A legislação pode ser também contraditória, criando dispositivos que reconhecem e permitem a atividade, e outros que a proíbem.

Devido à diversidade de cenários e de entendimentos sobre a atividade, a caça acaba sendo tratada de maneira superficial e também leviana, em discussões muitas vezes não pautadas em dados concretos e que ignoram particularidades importantes. Na prática da conservação da sociobiodiversidade, o reflexo disso é uma situação de incerteza e vulnerabilidade de boa parte dos atores envolvidos, resultando em uma capacidade reduzida de atuar na conservação das espécies caçadas e dos ecossistemas dos quais elas fazem parte.

O tema da caça carrega uma série de valores e de conceitos, porém, mais do que isso, uma série enorme de preconceitos. O intuito deste número da revista Biodiversidade Brasileira foi trazer uma visão ampla e plural do tema, baseada em pesquisas científicas e opiniões de especialistas, de modo a incrementar a discussão sobre caça no Brasil e apoiar tomadores de decisão, em particular os envolvidos na gestão de unidades de conservação.

Afiliação

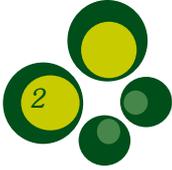
¹ Rede de Pesquisa em Biodiversidade, Conservação e Uso da Fauna Silvestre/REDEFAUNA, Brasília/DF, Brasil.

² Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio, Coordenação Geral de Pesquisa e Monitoramento/CGPEQ/DIBIO, Brasília/DF, Brasil. CEP: 70.670-370.

³ Consultor independente, Brasil.

E-mails

plconstantino@gmail.com, katia.ribeiro@icmbio.gov.br, muprado@yahoo.com



Esta edição esteve aberta para artigos que abordassem todas as modalidades de caça em todos os biomas e categorias de áreas protegidas; os aspectos ecológicos, sociais, econômicos e culturais relacionados à caça; a potencial sustentabilidade da atividade em áreas protegidas e seus efeitos na biodiversidade e ecossistemas; a adoção da caça como prática de manejo da fauna cinegética, inclusive no controle espécies exóticas invasoras; e o debate sobre a legislação relacionada à caça.

Ao todo, estão sendo publicados 22 artigos com diferentes abordagens sobre o tema da caça em áreas protegidas, em diversas escalas espaciais. Os artigos que trouxeram informações sobre a caça especificamente em algum dos biomas brasileiros se dividiram em cinco estudos na Amazônia, cinco na Mata Atlântica e três na Caatinga. Em relação às categorias de unidades de conservação, os artigos trazem informações específicas da caça em quatro UCs de proteção integral, sendo três Parques Nacionais (PARNAs) e uma Estação Ecológica (ESEC), duas UCs de uso sustentável, sendo uma Reserva Extrativista (RESEX) e uma Floresta Nacional (FLONA), e em duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). A contribuição do corpo técnico do ICMBio na geração de conhecimento foi extremamente relevante para o número, já que em nove artigos somaram-se as contribuições de 11 analistas do ICMBio. Esse panorama aponta a relevância da caça nos diferentes biomas e categorias de UC e no cotidiano das equipes de gestão da UCs federais.

Guadagnin (2018 (2), pp. 6-25) revisita as **razões que levam as sociedades modernas a problematizar a caça**, de maneira tão intensa e efusiva, trazendo olhares a partir das dimensões psicossocial, ética e ecológica, e sugere que a complexidade das relações entre homem e animais exige que a questão da caça seja discutida profundamente, e de maneira socialmente contextualizada.

A discussão sobre a **legislação** relacionada à caça foi abordada sob diferentes perspectivas. Pezzuti *et al.* (2018 (2), pp. 42-74) discutem os direitos das populações tradicionais à caça de subsistência e como esta pode ser inserida no contexto de manejo para conservação das espécies caçadas na Amazônia. No âmbito das unidades de conservação federais, Ranzi *et al.* (2018 (2), pp. 26-41) analisam como a legislação sobre a caça, principalmente de subsistência, enquadra a atividade nas diversas categorias de unidades de conservação, elucidando os diferentes instrumentos de gestão que podem ser adotados para apoiar o manejo das espécies cinegéticas através da caça; Ranzi *et al.* (2018 (1), pp. 35-52) revisam e discutem especificamente a legislação que regulamenta o uso da fauna nas UCs de uso sustentável (RESEX, FLONAs e RDS). Campos-Silva *et al.* (2018 (2), pp. 82-88) e Tomas *et al.* (2018 (2), pp. 75-81), por sua vez, opinam sobre os desdobramentos na conservação da fauna consequentes da legislação relacionada à caça no país e a necessidade de aprimoramento da regulamentação da atividade. Outros estudos (Acosta *et al.* 2018 (1), pp. 4-18, Reis *et al.* 2018 (2), pp. 187-202 e Santos *et al.* 2018 (2), pp. 149-162) concordam que a atual legislação relacionada à caça não reflete a prática que envolve as diversas modalidades e os propósitos da atividade e, especificamente, não funciona para a promoção da conservação biodiversidade, sendo necessária uma revisão tecnicamente qualificada. No entanto, o Projeto de Lei nº 6.268, em tramitação no Congresso Nacional, que propõe alterações à Lei nº 5.197, de proteção à fauna – única proposta atual de revisão da legislação – foi analisado pelos autores, e criticado por enfraquecer mecanismos de coibição da caça ilegal (Tomas *et al.* (2018 (2), pp. 75-81)), além de não considerar questões ecológicas da conservação das espécies caçadas e de direitos das populações tradicionais (Campos-Silva *et al.* (2018 (2), pp. 82-88)).

Dois estudos partem da **escala nacional** para discutir a caça no país sob diferentes abordagens. A história da caça no Brasil nos séculos XVII e XIX é contada por Fernandes-Ferreira e Alves (2018 (2), pp. 90-105) através da análise de documentos que mencionaram a atividade ou espécies cinegéticas. Segundo os autores, uma mudança importante ocorreu quando da abertura dos portos no início dos anos 1800. Naquele momento, a documentação da caça passou a ser mais minuciosa, permitindo que soubéssemos que algumas espécies cinegéticas sofreram drásticas reduções de distribuição ou tamanho populacional, como no caso da anta e da onça



pintada. Em tal período, além das populações indígenas e rurais em todo o país caçarem para suprir necessidades de alimentação, as camadas sociais abastadas praticavam a caça esportiva. Já Constantino (2018 (2), pp. 106-129) usa a informação presente nos autos de infração lavrados pelo ICMBio para apresentar um panorama dos diferentes perfis de caça no país, com finalidades distintas, geralmente associadas aos diferentes biomas, categorias de unidades de conservação e grupos espécies caçadas. Com isso, sugere que a caça não deve ser tratada de maneira homogênea pelo ICMBio – seja na perspectiva da fiscalização, seja na da regulamentação e manejo.

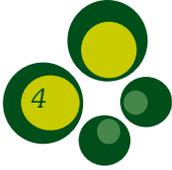
Na **escala regional**, Santos *et al.* (2018 (2), pp. 149-162) apresentam o perfil da caça na Caatinga do semiárido Paraibano, indicando que a finalidade da atividade de caça seleciona diferentemente as espécies caçadas; Chaves *et al.* (2018 (2), pp. 130-148) oferecem um panorama do conhecimento sobre a caça no estado do Acre, abordando o contexto das unidades de conservação e das terras indígenas, onde a atividade ainda é amplamente praticada principalmente para alimentação.

Na **escala local**, a caça, a gestão e o uso da fauna foram estudados em sete artigos. Na Amazônia, Lemos *et al.* (2018 (1), pp. 69-88) traçam, a partir de dados de fiscalização e de entrevistas, o perfil de caçadores e suas preferências, para apoiar na gestão do Parna da Serra do Divisor, no estado do Acre. Reis *et al.* (2018 (2), pp. 187-202) apresentam uma descrição do perfil da caça na Resex Tapajós-Arapiuns, no Pará, a partir da primeira avaliação dos dados do Programa de Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio (Programa Monitora). Ainda no Pará, Félix-Silva *et al.* (2018 (2), pp. 232-250) investigam as etnoespécies de quelônios utilizadas pelos residentes na Flona de Caxiuanã, bem como as estratégias de caça e práticas culturais desta população de agricultores. Na Mata Atlântica, Bertrand *et al.* (2018 (1), pp. 19-34) reuniram informações de apreensões realizadas no Parna do Iguazu para caracterizar a caça nessa UC e discutir as dificuldades de gestão relacionadas à atividade. Santos *et al.* (2018 (2), pp. 219-231) apresentam como a pressão de caça na RPPN Estação Veracel, na Bahia, está relacionada à ocupação humana e à paisagem do entorno da UC. Freitas (2018 (2), pp. 163-186) também relaciona a variação da caça com a dinâmica da paisagem, adicionada à dinâmica cultural de uma população tradicional em Santa Catarina. E na Caatinga, Santos *et al.* (2018 (1), pp. 53-68) apresentam resultados do estudo sobre o comércio de carne de caça na região da ESEC do Raso da Catarina adotando uma abordagem metodológica inovadora.

O **conflito entre o homem e a fauna** foi abordado nesta edição da revista em três artigos. As diferentes abordagens que envolvem a prática da caça como ferramenta de controle populacional de javalis para a conservação da biodiversidade foi debatida por Rosa *et al.* (2018 (2), pp. 267-284). Rosa *et al.* (2018 (2), pp. 285-303) apresentam um experimento de manejo do javali com uso da caça e participação de comunidades locais em UCs na Serra da Mantiqueira. Por sua vez, Mateus *et al.* (2018 (2), pp. 252-266) mostram a perspectiva de produtores rurais da Zona da Mata de Minas Gerais sobre a caça como atividade de controle de espécies nativas de vertebrados da fauna silvestre consideradas pragas em suas produções agrícolas.

Por fim, dois artigos trazem abordagens e **ferramentas para aprimorar a gestão da caça nas UCs**. Acosta *et al.* (1), pp. 4-18) usam o manejo de base comunitária de quelônios aquáticos para discutir o potencial de conservação de espécies cinegéticas através do manejo que reconhece e permite a caça em UCs federais na Amazônia, à luz da gestão dos comuns e do comanejo adaptativo. Chiaravalloti *et al.* (2018 (2), pp. 203-218) mostram o processo de elaboração do esquema de monitoramento participativo da caça adotado pelo Programa Monitora do ICMBio, na Resex Tapajós Arapiuns.

Este número traz uma amplitude de perspectivas e realidades em relação ao tema. Esperamos que possa inspirar o fortalecimento dos instrumentos de gestão como planos de manejo, planos específicos, termos de compromisso. Para que sejam efetivos, tais instrumentos precisam também ser acompanhados das ações de monitoramento da gestão, da dinâmica das populações animais e das questões socioeconômicas, assim como de fóruns adequados de debate e tomada de



decisão, em várias escalas. Na escala local, as medidas de manejo são construídas respeitando possibilidades, expectativas e necessidades. Nas escalas regional e nacional, são construídas diretrizes, e podem ser analisadas lacunas e incoerências nos marcos legais e de gestão, para serem revistos e tratados. O uso da fauna é uma realidade nas unidades de conservação e demais áreas protegidas. É preciso promover uma gestão integrada dessas espécies, desses recursos, em uma perspectiva ecossistêmica e sensível a cada contexto social, visando à conservação da biodiversidade nativa, ao manejo de exóticas, e também à sustentabilidade no uso e garantia de direitos estabelecidos em marcos legais diversos.

Editores deste número

- Elildo Carvalho
- Marcio Uehara-Prado
- Rossano Ramos
- Pedro Constantino